

Posso responder pelo Interior ?

Não, claro que não posso. Mas suponho que posso e devo ajudar a responder a questões entretanto levantadas sobre os regimes fiscais, algumas não têm pés nem cabeça, algumas são fantasmas, quase todas denotam um certo apriorismo sobre o interior. Contribuí para a política fiscal que é um dos três eixos que o **Movimento pelo Interior** apresentou no passado dia 18, numa sessão em que, coisa rara, marcaram presença e falaram os primeiros titulares dos três órgãos de soberania PR, AR, G. Todos abraçaram a causa do Movimento, o abraço de cada um deles tem diferente valor, naturalmente, porque diferente é o poder sequencial de cada um. Foi um momento de grande dignidade. Mas o interior precisa de muito mais do que gestos de dignidade.

O relatório do Movimento está em www.movimentopelointerior.org. As 24 propostas são condições necessárias, não são a condição suficiente do interior, ainda que a boa conjugação das primeiras, todas juntas, possa propiciar a segunda. A definição legal, exaustiva e nominativa, do interior de Portugal continental consta de um importante diploma, a portaria 208/2017. A portaria articula-se com o Programa Nacional para a Coesão Territorial, desde 2016, cujas afinidades com o Movimento saúdo. A noção de interior assenta em análises multi-critérios e tem a participação da Associação Nacional de Municípios, o que, no caso, adquire especial significado. O interior abarca 165 municípios completos, mais 73 freguesias pertencentes a outros concelhos. Exclui uns poucos territórios das Beiras e inclui vários territórios perto da linha do mar, por vezes costeiros, pelo que as palavras interior e litoral perdem parte do seu sentido corrente.

O interior está contra o litoral?

O Movimento responde não, nem uma coisa nem outra, nem o litoral está contra o interior, nem o interior está contra o litoral. Todavia, se aceitarmos ouvir um ministro dizer esta coisa espantosa: *não deve a política fiscal beneficiar o interior à custa do litoral, não podemos pôr os portugueses do litoral contra os do interior...*, também teremos o direito de dizer o simétrico, dizer que o vigente sistema de benefícios fiscais, como está, põe o interior contra o litoral porque acentua a desigualdade das duas realidades; intrinsecamente, favorece as forças do litoral e desfavorece as fraquezas do interior.

Beneficiar o interior à custa do litoral? Como é possível dizê-lo?

Talvez na mesma senda, o mísero cúmulo ocorreu quando uma profissional usou um termo inaceitável, deselegante, tendencioso, porém muito expressivo porque porventura denuncia alguns bastidores. Escreveu que *“o Movimento pelo Interior quer roubar (o regime contratual de investimento) ao litoral”*, em artigo abastecido de gráficos e estatísticas que, por sua vez, também causaram estranheza no

Movimento, porque os dados não parecem bater certo, nem a fonte citada está assim tanto à mão de semear. Roubar? Como é possível dizê-lo?

A manter-se a tendência, diz o Movimento, no litoral a qualidade de vida deteriorar-se-á e não haverá finanças que cheguem para criar infra-estruturas, no interior a diminuição da população será o maior sinal de pobreza.

Julgávamos que os recursos orçamentais eram escassos. Mas não, pelos vistos, o Estado tem orçamento que chegue e sobre, para continuar a dar benefícios fiscais a todos e criar benefícios adicionais para o interior. Pensávamos que as nossas sete sugestões fiscais do interior, ao implicar perda de receita do Estado, deveriam ser compensadas com o corte, de futuro, de benefícios fiscais noutros lados. Era um pensamento redistributivo, uma espécie de recomposição fiscal, uma aproximação à equidade, que aprendemos na teoria e na prática das finanças públicas, e era também uma preocupação pelo défice orçamental.

Não passa pela inteligência de ninguém que essa do “interior à custa do litoral” seja eleitoralismo, até porque, dir-se-á, quase todas as nossas sugestões fiscais respeitam ao IRC e às empresas, e estas não votam. Mas, se não é eleitoralismo, o que é? A esmagadora maioria dos eleitores reside onde?

O interior afugenta investimentos?

Dizem que jamais teria havido Autoeuropa com estas sugestões exclusivas do interior. Esquecem que a Autoeuropa começou precisamente no interior de então. O caso da Autoeuropa, se é paradigmático, é-o a favor das nossas sugestões. Se hoje Palmela não é interior, deve-o justamente e em grande parte ao pioneiro e específico “contrato de investimento” da Autoeuropa.

Evocaram, mal, o notável exemplo da Autoeuropa? Como é possível fazê-lo?

Podemos dizer, sem populismos, que se o regime contratual fosse exclusivo do interior desde a sua criação, em 2003, talvez o despovoamento do interior não fosse o que é; e talvez, terrível dúvida esta, as tragédias de Junho e Outubro de 2017 não tivessem ocorrido.

Dizem que o interior não interessa a muitos dos investidores. Com regimes exclusivos do interior, há quem diga que grandes investimentos optarão por outros países. Esta asserção assenta na ignorância do que é legalmente o interior, perfeitamente definido que está em Diário da República, foi o actual Governo quem o fez. Se o investidor preferir mais litoral, pois terá muito por onde escolher nos territórios do “interior-litoral”. É muito pouco plausível que um novo investimento, nacional ou estrangeiro, não encontre um sítio onde se instalar no interior, noção legal, quando se sabe que o interior ocupa a maior parte do território continental e chega a ser um vulgar litoral, tudo ou quase tudo ligado às maiores cidades por boas auto-estradas.

Ignoram o que, para o efeito, é o interior? E falam sem saber do que falam? Como é possível?

Além disso, dizem que a exclusividade do interior provoca rigidez num mundo em céleres mudanças da economia digital, robotização, etc, em que Portugal precisa de preservar flexibilidades. É uma falácia um pouco etérea contra o interior, ponto final. Por ex, os regimes contratuais exclusivos poderão apoiar investimentos em fábricas já existentes no litoral-litoral. E aqui poderão apoiar os novos investimentos que

sejam “inerentemente incompatíveis com o interior”, por ex, indústria naval, produtos do mar, etc. O interior tem muito do Minho litoral, da Beira litoral, da Estremadura, da costa alentejana, etc, e o “interior-interior” tem uma valiosa rede de universidades e politécnicos.

O interior causa rigidez? Como é possível dizê-lo?

O interior dá votos?

Não, o interior não dá votos que se vejam.

Perante uma nova política, a caricatura é esta. O economista pergunta: isso vale quantos pontos do PIB? O político pergunta: isso vale quantos votos? É evidente que o interior conta pouco, cada vez menos, nestas pequeninas aritméticas do PIB e dos votos. Talvez isso explique a longuíssima, imperdoável, falha do reformador no que ao interior diz respeito, em algumas das suas vertentes. Mas a maior de todas as razões chama-se *centralismo*. O centralismo só sente verdadeiramente o interior quando há tragédias, é deplorável dizê-lo, mas é muito assim.

O Movimento levou 24 propostas concretas a Lisboa, escutou um extenso discurso sobre o que o Governo já fez, recebeu a surpresa e a cortesia de um IRC zero, não proposto nem esperado. Quando a esmola é grande, o pobre desconfia. O IRC zero no interior foi realmente ponderado pelo Movimento e foi afastado, porque o nosso radicalismo se auto-limitou. Por alguma razão, em alternativa, a sugestão consistiu em generalizar o vigente IRC 12,5% a todas as empresas do interior, independentemente da dimensão da empresa e da matéria colectável.

O Primeiro Ministro anunciou a possibilidade de IRC zero em certas condições, não disse quais, associadas à criação de emprego. Lamento, mas vejo três problemas, o das condições de acesso, o da análise económica, o da UE. Quanto às condições, pergunto se o Governo vai repetir a insignificância prática do IRC 12,5% do interior, ora vigente. Quanto ao problema económico de fundo, pergunto se a racionalidade e a boa teoria económica se compaginam com um IRC zero, quando o IRC geral tem taxa muito acima de zero. Quanto à UE, pergunto se as objecções da Comissão não serão tanto maiores quanto mais de zero se aproximar o IRC.

O Movimento pelo Interior, informal, inorgânico, passageiro, *pro bono*, deixa memória, fez em seis meses um corajoso legado escrito, as pessoas do Movimento não renegam ideias nem responsabilidades e o Interior tem cansadas mas justas expectativas. Peço desculpa se ousar dizer o que não devo. Senhor Primeiro Ministro responda-lhes, responda ao Interior com políticas efectivas, concretas, dimensionadas, reformistas e radicais, isso, tal e qual, radicais, como as 24 propostas do Movimento, não como muitas medidas que, sem desprimor e com todo o respeito, pelo interior proliferam, por favor não lhes mande comendas nem louvores, nem menospreze o Interior, não permita que o seu Governo atire areia aos olhos do Interior nem faça demagogia com o Interior.